

REGIMENTO INTERNO
COMITÊ DE INVESTIMENTOS - COMIN





REGIMENTO INTERNO - COMIN

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - O presente Regimento tem por finalidade estabelecer normas regimentais para o funcionamento do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis – ANGRAPREV, bem como o relacionamento com os demais órgãos do Instituto, definindo suas responsabilidades e atribuições, observado L E I No 4.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021, quanto à composição e à competência.

CAPÍTULO II

DA INVESTIDURA

Art. 2º - O Comitê tem sua composição definida por ato do Presidente do ANGRAPREV, sendo condição obrigatória que os indicados tenham, no mínimo, Certificação Profissional ANBIMA – CPA 10 ou APIMEC - CGRPPS e a investidura de seus Conselheiros dar-se-á mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas das Reuniões do Comitê de Investimentos, condicionada a declaração de desimpedimento feita sob as penas da Lei e em instrumento próprio, que ficará arquivada na sede do ANGRAPREV.

Art. 3º - O Comitê de Investimentos será coordenado pelo responsável pela Gestão dos recursos do RPPS, de acordo com a Portaria MPS nº 519/11

Parágrafo único - Na ausência do Coordenador, assumirá a coordenação o membro com maior cargo em confiança ou de mais idade presente na reunião, nesta ordem.



REGIMENTO INTERNO - COMIN

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS

Art. 4º - São requisitos mínimos para os membros do Comitê de Investimentos:

I – Possuir certificado de profissional de mercado de capitais, expedido por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, dentro da devida validade.

II – possuir nível superior de escolaridade, preferencialmente nas áreas de Direito, Ciências Contábeis, Administração, Economia, Finanças ou Gestão Pública;

III – conhecimento de atividades na área financeira e/ou mercado de capitais e de investimentos;

IV – não ter condenação criminal transitada em julgado;

V – não ter incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

V – não ter penalidade administrativa por infração da legislação da Seguridade Social;

VI – não ter qualquer penalidade na ficha funcional nos últimos 05 (cinco) anos;

VII – ser maior de 21 (vinte e um) anos;

CAPÍTULO IV

DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS, DAS VACÂNCIAS, DOS LICENCIAMENTOS E DAS SUBSTITUIÇÕES.

Art. 5º - Na ausência ou impedimento temporário do coordenador do Comitê, suas funções serão exercidas interinamente pelo membro com maior cargo em confiança ou de mais idade presente na reunião, nesta ordem.



REGIMENTO INTERNO - COMIN

§ 1º - Na hipótese de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro, será preservado o funcionamento do Comitê, desde que respeitado o número mínimo de 3 (três) conselheiros presentes.

§ 3º - O membro poderá se ausentar por um período de suas atividades mediante comunicação ao coordenador do Comitê.

Art. 6º - A vacância definitiva de um cargo de membro do Comitê pode se dar por destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez, perda do mandato ou outras hipóteses previstas em Lei.

Parágrafo Único – Em caso de vacância ou necessidade de destituição de conselheiros, por indicação, os novos membros serão indicados no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 7º - Ocorrendo vacância definitiva de qualquer dos membros do Comitê, um novo membro será indicado.

Art. 8º - Compete ao coordenador do Comitê de Investimentos conceder licença a seus pares, competindo aos demais membros concederem licença ao presidente.

Parágrafo Único - No caso do pedido de licença por mais de 30 (trinta) dias, o conselheiro poderá ser substituído por outro, durante a sua licença.

Art. 9º - A renúncia ao cargo deverá ser feita mediante comunicação escrita ao Comitê.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 10 - Compete ao Coordenador do Comitê de Investimentos:

- I - convocar, instalar e presidir as reuniões do Comitê ;
- II - aprovar previamente a agenda das reuniões do Comitê ;



REGIMENTO INTERNO - COMIN

- III - comunicar à Diretoria Executiva, quando for o caso, e ao Conselho de Administração das recomendações elaboradas pelo Comitê de Investimentos;
- IV - orientar a condução do exercício regular das funções do Comitê , sem prejuízo das prerrogativas legais de cada conselheiro;
- V - indicar, quando for o caso, como relator, um conselheiro ou especialista contratado para apresentar aos demais membros quaisquer das matérias pautadas para deliberação;
- VI - diligenciar para que as informações solicitadas pelos conselheiros sejam tempestivamente atendidas;
- VII - assegurar a eficácia e o bom desempenho do Comitê;
- IX – sugerir a contratação de especialistas e peritos para mais bem instruírem as matérias sujeitas à deliberação do Comitê .

Art. 11 - Compete aos membros do Comitê:

- I - participar das discussões e deliberações do Comitê, apresentando, quando for o caso, sugestões, proposições, requerimentos, moções, questões de ordem, além de emitir parecer quando lhe for atribuída essa responsabilidade;
- II - votar as proposições submetidas à deliberação do Comitê;
- III - comparecer às reuniões nas datas e nos horários pré-fixados;
- IV - desempenhar as funções para as quais forem designados;
- V - relatar os assuntos que lhes forem distribuídos pelo presidente;
- VI - obedecer às normas regimentais;
- VII - aprovar e assinar as atas das reuniões do Comitê;
- VIII - apresentar à apreciação do Comitê qualquer assunto relativo à sua atribuição.

Art. 12 - O Comitê de Investimentos contará com o apoio material e administrativo que se fizer necessário à execução de suas atribuições, utilizando-se da estrutura administrativa do ANGRAPREV em tudo a ser realizado.



REGIMENTO INTERNO - COMIN

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES

Art. 13 - O Comitê de Investimentos reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo duas vezes por mês, para deliberar sobre as matérias constantes da ordem do dia, definida pelo coordenador do Comitê, em conformidade com este regimento.

Art. 14 - As reuniões ordinárias do Comitê de Investimentos serão convocadas por seu Coordenador, mediante aviso escrito enviado com antecedência de 5 (cinco) dias, contendo a pauta e correspondente documentação de suporte das matérias a tratar.

Art. 15 - O Comitê deverá reunir-se, em caráter extraordinário, sempre que for convocado por seu Coordenador, devendo constar da convocação: data, horário do início e término, local e assuntos que constarão da ordem do dia da reunião. O pedido de convocação, com a justificativa pertinente, poderá ser efetuado pelo Coordenador do Comitê ou por um terço dos membros titulares.

Parágrafo único - As reuniões extraordinárias do Comitê de Investimentos não se sujeitam à observância do prazo de 5 (cinco) dias corridos, desde que inequivocamente estejam cientes todos os demais integrantes do Comitê.

Art. 16 - As reuniões do Comitê, ordinárias e extraordinárias, somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença da maioria dos membros titulares em exercício e, em segunda, com o mínimo 03 (três) de seus membros, além do Coordenador.

Art. 17 - As reuniões do Comitê serão realizadas na sede do ANGRAPREV, podendo ocorrer em outro local ou de forma virtual.

Parágrafo único - Antes do início de cada exercício social, caberá ao Coordenador do Comitê propor o calendário anual das reuniões ordinárias.



REGIMENTO INTERNO - COMIN

Art. 18 - As deliberações do Comitê de Investimentos serão realizadas com a presença da maioria de seus membros e as decisões serão tomadas por unanimidade dos presentes.

Art. 19 - A agenda das reuniões do Comitê seguirá uma programação anual de pautas permanentes acrescida de outros temas a serem definidos pelo Coordenador. Os demais conselheiros também podem requisitar a inclusão de temas específicos na agenda.

Art. 20 - Os conselheiros deverão apresentar até 10 (dez) dias antes da realização da reunião as matérias que desejam incluir na respectiva pauta.

Art. 21 - Qualquer dos conselheiros poderá propor a inclusão de um novo assunto na ordem do dia durante as reuniões, cabendo ao Coordenador submeter a proposta de inclusão à decisão dos conselheiros.

Art. 22 - As informações para o entendimento da matéria a ser deliberada devem ser expressas através de Resumos Executivos e documentos complementares distribuídos, com no mínimo 7 (sete) dias de antecedência à reunião do Comitê, salvo autorização específica do Coordenador do Comitê. Esse material deve ser conciso e devidamente fundamentado, fornecendo todas as informações relevantes para a tomada de decisão do Comitê.

Parágrafo primeiro - Todos os conselheiros devem ler previamente o material distribuído e solicitar informações adicionais, se necessário, de forma a estarem devidamente preparados para a reunião.

Parágrafo segundo - As matérias submetidas à apreciação do Comitê de Investimentos serão instruídas e com o parecer da consultoria de investimentos contratada, quando necessários ao exame da matéria.

Art. 23 - A última reunião do Comitê de Investimentos de cada exercício social fixará o calendário das reuniões a serem realizadas no exercício seguinte.



REGIMENTO INTERNO - COMIN

Art. 24 - Será admitida a participação de convidados nas reuniões do Comitê.

Art. 25 - Será admitida nas reuniões do Comitê a participação de observadores indicados pelo ANGRAPREV ou pela Prefeitura Municipal.

Art. 26 - O Coordenador do Comitê, na condução de suas reuniões, desempenhará com autonomia as seguintes atribuições:

I - alterar a sequência dos trabalhos para tratar de matéria considerada urgente ou para a qual seja pedida preferência por um dos membros do Comitê;

II - diligenciar para o andamento regular das reuniões;

III - convocar os conselheiros a se manifestarem sobre os temas tratados;

IV - organizar as votações;

V - declarar os resultados.

Art. 27 - As decisões do Comitê de Investimentos constarão de ata, contendo o sumário das decisões adotadas, salvo se o Comitê de Investimentos deliberar por elaborá-la de forma diversa. A ata de reunião do Comitê de Investimentos será assinada por todos os conselheiros presentes;

I - todos os documentos das reuniões, tais como os materiais distribuídos e as apresentações, serão preferencialmente arquivados eletronicamente;

II - as reuniões serão gravadas exclusivamente para efeito de elaboração da ata, salvo deliberação em contrário do Comitê de Investimentos;

III - uma vez aprovada a ata, serão fornecidas cópias ao Coordenador e aos conselheiros.

Art. 28 - O Comitê de Investimentos deverá programar pauta específica para:

I - examinar e debater as questões estratégicas e conjunturais quanto aos investimentos do ANGRAPREV;

II - para equalizar os níveis de informação; uniformizar as interpretações e os procedimentos operacionais;

III - assegurar e preservar o crescimento patrimonial do ANGRAPREV objetivando honrar seus compromissos previdenciários;



REGIMENTO INTERNO - COMIN

IV - propor, através de documento formal, a Política de Investimentos do Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis - ANGRAPREV, para apreciação, deliberação e aprovação pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VII

DOS VOTOS

Art. 29 - Cada membro do Comitê em exercício terá direito a 01 (um) voto, seja pessoalmente ou representado por um de seus pares, mediante apresentação e entrega ao Coordenador, para arquivamento na sede do ANGRAPREV,

I - de procuração específica para a reunião em pauta; e

II - do voto por escrito do membro do Comitê ausente e sua respectiva justificção.

Parágrafo único - A procuração específica de que trata o caput deste artigo, assim como eventuais instrumentos de voto, quando elaborados em forma de instrumento particular, dispensam reconhecimento de firmas.

Art. 30 - Fica facultada a participação dos conselheiros na reunião de forma virtual, podendo assegurar sua participação efetiva e a autenticidade do seu voto, nos termos definidos em lei, desde que seu voto seja gravado em mídia compatível com o meio de comunicação escolhido, o qual deverá ser arquivado na sede do ANGRAPREV. O conselheiro, nesta hipótese, será considerado presente à reunião e seu voto, válido, para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.



REGIMENTO INTERNO - COMIN

CAPÍTULO VIII

DA COMUNICAÇÃO ENTRE O COMITÊ DE INVESTIMENTOS E A DIRETORIA DO ANGRAPREV

Art. 31 - A fim de facilitar e ordenar a comunicação entre os membros do Comitê e da Diretoria Executiva, as dúvidas e solicitações de informações dos membros do Comitê relacionadas ao ANGRAPREV deverão ser enviadas ao Diretor Presidente da instituição.

Parágrafo único – Os documentos colocados à disposição do Comitê de Investimentos, bem como as informações que forem prestadas pela Diretoria Executiva, quando não estiverem disponíveis ao público, serão mantidos em sigilo, não podendo ser examinados por terceiros.

CAPÍTULO IX

DO ORÇAMENTO

Art. 32 - O orçamento do Comitê de Investimentos estará incluído no orçamento geral do ANGRAPREV, dele constando, entre outras, a possibilidade de contratação de consultores, de especialistas, de serviços especializados.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 - As omissões deste Regimento, dúvidas de interpretação e eventuais alterações de seus dispositivos serão decididas em reunião do Comitê, observado parecer jurídico ou de setor competente.



REGIMENTO INTERNO - COMIN

Art. 34 - Em ocasiões excepcionais, por proposta do Coordenador ou de outro conselheiro, e mediante aprovação em reunião prévia, o Comitê poderá reunir-se fora da sede do ANGRAPREV, transferindo, simbolicamente, a sua sede.

Art. 35 - Este Regimento entra em vigor na data da sua aprovação pelo Comitê de Investimentos e será arquivado na sede do ANGRAPREV.

Angra dos Reis - RJ, 18 de março de 2022.

Renaldo de Sousa
Coordenador do Comitê de Investimentos